

Resposta a Eduardo Viveiros de Castro e Greg Urban

Francisco Silva Noelli

Espero que a oportunidade deste diálogo proporcionado pela *Revista de Antropologia* possa contribuir para a nova fase que se está constituindo nas pesquisas sobre os Tupi e inicie uma significativa redução das atuais distâncias entre as abordagens etnológicas, lingüísticas e arqueológicas.

Afortunadamente, esta interlocução com Eduardo Viveiros de Castro e Greg Urban resultou em um interessante debate, que precisa ser fomentado para ampliar os caminhos da pesquisa por vir.

Antes de começar a responder às indagações de Viveiros de Castro e Urban, que analisaram algumas dentre as diversas questões que apontei no meu artigo, gostaria de dizer que este debate não deve ficar restrito a estas páginas, mas deve ser de todos os interessados nos Tupi. Possivelmente, diante de outros pontos de vista e diferentes preocupações, deverá haver ainda mais perguntas, problemas e dúvidas a ser examinados. Se isto ocorrer, meu objetivo de apresentar problemas e dúvidas – e não respostas – estará cumprido.

O artigo que gerou este debate é o aperfeiçoamento de dois textos prematuramente publicados (Noelli, 1993b, 1994), concebidos a partir

de dúvidas sobre as explicações derivadas do modelo Tupi de Betty Meggers, amplamente adotado na América do Sul e ainda muito pouco discutido. Também, devido às muitas dúvidas em relação aos limites impostos pelas polarizações extremadas entre os modelos gerais de Meggers e Lathrap; pela forte influência do determinismo ecológico; pela influência profunda das simplificações difusionistas e evolucionistas; pela defasagem científica na condução da Arqueologia “tupi-guarani”; pela falta de erudição etnográfica entre a maioria dos arqueólogos; pelo desconhecimento generalizado do conjunto de informações existentes sobre os Tupi; pelo pouco interesse dos antropólogos em aspectos materiais e biológicos; mas, sobretudo, pela falta de interação crítica entre arqueólogos, lingüistas e etnólogos e pela ausência de uma prática necessária: o constante repensar dos modelos existentes. No meu entender, tudo isto afeta e limita profundamente a complexidade das pesquisas sobre os Tupi. Evidentemente, não tenho a pretensão de resolver sozinho todos estes problemas ou de considerar absolutamente corretas as minhas avaliações. Apenas advogo pela causa do debate científico baseado em pressupostos contemporâneos e espero, todavia, que isto seja encarado tranqüilamente. É importante que a comunidade científica considere a possibilidade de os modelos vigentes enfrentarem uma revisão, e de que esses modelos possam estar errados ou, pelo menos, necessitando de profundas modificações.

Há muito mais perguntas e dúvidas que respostas em relação à questão do centro de origem e das rotas de expansão dos Tupi, como deixo claro na conclusão do artigo em discussão. Há muito para ser feito, pois ainda é cedo para saber se todos os problemas de pesquisa foram devidamente propostos, se estão adequadamente embasados e se todas as epistemologias tentadas foram as mais eficientes. Ainda estamos no ponto de partida de uma imensa pesquisa onde, possivelmente, nem mesmo todas as principais perguntas podem ter sido formuladas adequadamente. Entendo que a maioria dos problemas relativos ao centro de origem e rotas de expansão, estabelecidos quando a pesquisa ainda

era incipiente, não foi sendo revisada, testada e remodelada na medida em que novas informações iam sendo obtidas. O único que começou a repensar o modelo majoritário da expansão dos Tupi foi Brochado, em sua tese de doutorado (1984).

Em primeiro lugar, diante das colocações de Viveiros de Castro e Urban, gostaria de reiterar que os principais objetivos e pontos de vista contidos no meu artigo são: 1) resenhar e discutir as hipóteses sobre o centro de origem e rotas de expansão dos tupi; 2) propor que se abandonem as hipóteses e os pressupostos apoiados somente por informações históricas, insuficientes para tratar fenômenos ocorridos antes da chegada dos europeus; 3) sugerir que se procure formular problemas de pesquisa a partir de pressupostos atualizados, baseados em “amplo conhecimento” de questões etnológicas, lingüísticas e arqueológicas relativas aos Tupi; 4) abandonar as hipóteses e os postulados de pesquisa orientados pelo modelo pronapiano, especialmente o anacrônico conceito “tupiguarani”; 5) repensar todas as hipóteses e problemas de pesquisa vigentes, visando uma compreensão global das origens, continuidade/semelhança, mudança/diferença e desaparecimento entre os Tupi.

Meu principal argumento diz respeito à necessidade de se considerar que a maior parte do que é dito sobre as origens e rotas de expansão dos tupi “ainda está fundamentada” por especulações, formuladas quando não havia informações arqueológicas e de lingüística histórica. É importante assumir que, após de mais de cem anos, há necessidade de rever as proposições seminais das questões aqui debatidas, de repensar criteriosamente todas as hipóteses e conclusões vigentes, formuladas com idéias apriorísticas e não sobre dados obtidos em pesquisas de campo.

Responderei primeiro às colocações de Viveiros de Castro, que, entre os diversos aspectos tratados no meu artigo, escolheu para analisar os seguintes pontos: a) abandono do modelo de migração pelo de expansão; b) substituição do modelo de deslocamento norte-sul-norte; c) antigüidade da expansão.

Apesar de a maioria dos autores que citei ter falado em migração, eles nunca procuraram discuti-la conceitualmente e estabelecer critérios para avaliá-la pormenorizadamente, como um complexo e variável fenômeno sociopolítico relacionado com a geografia e a ecologia. Quem avaliar esses autores poderá verificar que não existiu uma preocupação conceitual que ultrapassasse a especulação baseada apenas em uma certa lógica, explicada a partir da distribuição geográfica dos Tupi. Não descartei a priori a possibilidade de ter havido migrações entre os Tupi, mas apenas estou propondo que elas não sejam mais consideradas majoritariamente, principalmente pela falta de justificativas científicas.

Fiz menção à necessidade de desenvolver estudo conceitual que justifique o emprego de um modelo de “expansão” no caso tupi. O princípio para subsidiar preliminarmente a sugestão do conceito de expansão, explicado basicamente pelos enormes e contínuos territórios ocupados pelos Guarani e Tupinambá, é devido: às semelhanças socio-culturais observadas historicamente; à uniformidade dos vestígios arqueológicos de cada um dos povos já estudados; às relações internas entre as línguas; a questões etnobiológicas; a comparações sociais, políticas, materiais e cosmológicas possíveis de ser evidenciadas através da lingüística histórica. Por outro lado, para definir esses pontos, como já mencionei no artigo, teremos de esperar pelas informações, especialmente arqueológicas e lingüísticas, dos demais tupi e, diante do estado em que se encontram as pesquisas, estes aspectos que apontei têm um caráter preliminar, passíveis de ser reformulados.

Embora ainda não tenha uma resposta satisfatória, devido aos problemas apontados no artigo, entendo que os elementos relacionados no parágrafo acima deverão estar entre os itens para se estudar a expansão entre os Tupi. Neste momento penso que a expansão está muito mais relacionada a uma certa ordem preconcebida para a conquista territorial, devido às complexas interações entre sociedade e ambiente, enquanto que a migração corresponderia a movimentações invo-

luntárias. Como é que se conquistam e mantêm imensos territórios sem um certo planejamento e organização sociopolítica? Não teria sido essa ordenação que possibilitou a manutenção das semelhanças entre os Tupi?

O estudo de Balée (1984) mencionado por Viveiros de Castro, que está por ser desenvolvido e aperfeiçoado em diversos itens, devido à sua importância, seria um dos vários pontos de partida para compor uma formulação complexa do modelo de expansão. Entretanto, também é importante que se acrescentem os resultados das pesquisas posteriores de Balée, reunidas em seu livro *Footprints in the forest*. Esses trabalhos, bem como os de outros etnobiólogos, deixam bem clara a fundamental importância da relação entre sociedade e meio-ambiente, que deverá ser um dos elementos centrais na construção de um modelo de expansão dos Tupi. Entendo que a crônica falta de conhecimento da dinâmica das relações entre sociedade e ambiente no caso tupi constituiu o principal meio para prosperar a fixação em torno da noção de migração. Ao mesmo tempo, essa falta é uma barreira significativa a dificultar a compreensão global do modelo de expansão.

Durante sua análise, Viveiros de Castro menciona as relações entre minha proposta e o trabalho e as discussões de Colin Renfrew. Como se pode ver no artigo, assumi imediatamente essa relação e a sua importância como referência (e não um modelo a ser copiado) para o caso dos Tupi, especialmente por apresentar uma relevante análise sobre a organização e a ordenação de informações históricas, lingüísticas e arqueológicas. Viveiros de Castro faz uma pergunta positivamente desafiadora, que muitos gostarão de responder, quando pede a minha posição quanto à relação entre “língua, sociedade e cerâmica ‘tupiguarani’”.

Renfrew não nega a possibilidade dessas relações, mas faz uma pesada crítica à maneira idealizada de trabalhar dos lingüistas históricos e de Dumézil e seus discípulos. Renfrew diz na conclusão de seu livro *Archaeology and Language* que eles “operaram na terra dourada de uma sociedade proto-indo-européia”, fora do espaço e do tempo. Sua

maior crítica é relativa à falta de contextualização e à desconsideração das questões socioambientais e demográficas como fatores de grande influência na história das línguas, pois as trocas lingüísticas não ocorrem no vazio, independentes dos eventos sociais. Renfrew defende com veemência o desenvolvimento de metodologias que considerem a interação de muitas variáveis lingüísticas, sociais e arqueológicas, buscando algum tipo de relação construtiva para solucionar os diversos problemas de pesquisa.

É justamente o que proponho e advogo no artigo: o estabelecimento de relações entre língua, sociedade e vestígios materiais contextualizados no tempo e no espaço. Também defendo duas hipóteses que, evidentemente, terão de ser testadas: 1) as diferenciações materiais acompanharam as derivações lingüísticas; 2) as diferenciações materiais e tecnológicas não aconteceram isoladamente. É claro que essas relações são complexas e sua compreensão depende de relações entre múltiplas informações, devidamente contextualizadas no tempo e no espaço.

Não estou pensando, a exemplo dos modelos padrões da arqueologia brasileira, em usar só a cerâmica como elemento arqueológico de referência, mas todos os vestígios passíveis de ser analisados a partir de seus diferentes contextos arqueológicos. No caso da língua, com métodos da lingüística histórica, também será necessário trabalhar com o máximo possível de diferentes temáticas (organização social, subsistência, cultura material etc). Por sua vez, cada temática com o máximo possível de elementos de análise, estabelecendo comparações entre as línguas de uma família lingüística e, depois, entre as famílias. Paralelamente, é elementar que se consiga definir as relações internas entre as línguas. Novamente, a partir desses resultados, retornaremos ao problema das semelhanças, diferenças, mudanças e desaparecimento entre os Tupi.

Diante do que foi exposto, a questão da definição das rotas de expansão passa pelos mesmos problemas, já apontados no artigo. Entretanto, é necessário repetir que a definição das rotas depende

basicamente da definição dos territórios ocupados pelos Tupi na Pré-História, pr meio de intensas pesquisas regionais. Ao mesmo tempo, é necessário que se correlacione as informações arqueológicas com as históricas. A partir dessas comparações, orientados pelos resultados das pesquisas sobre as relações internas entre as línguas, devemos tentar reconstruir as diversas etapas de avanço pelas rotas de expansão. Será uma tarefa complexa e difícil, devido especialmente ao estado em que se encontra a pesquisa arqueológica sobre os Tupi.

Neste ponto retornamos a outra indagação de Viveiros de Castro, sobre a questão da substituição do modelo de expansão norte-sul. Como já enfatizei no artigo, este modelo foi constituído sem uma ampla base de dados arqueológicos, lingüísticos e socioambientais.

Todo o exercício de reflexão e avaliação do meu artigo foi justamente realizado para tentar escapar da “circularidade” e das recorrências em torno da questão, especialmente da retórica, da falta de embasamento empírico e do difusionismo simplório que marcam, com poucas exceções, o conjunto de obras que postularam rotas de expansão para os Tupi. Toda minha discussão vai de encontro a uma idéia de migração implícita na maioria dos autores citados, e que está presente no raciocínio contido no texto de debate de Viveiros de Castro, página 4 do manuscrito:

poder-se-ia perfeitamente imaginar que os (proto) tupinambá passaram pelo Paraguai e sul do Brasil em direção ao litoral leste-nordeste, tendo sido sucedidos pelos Guaraní naquela primeira região. A anterioridade cronológica da língua tupinambá não permite descartar a hipótese de que os falantes desta língua fossem uma primeira vaga migratória.

Em termos lógicos, diante da hipótese de Martius, é claro que o conteúdo desta citação está correto e é plausível. Mas é justamente este tipo de raciocínio lógico que propus seja discutido pela comunidade científica. As sucessivas citações de hipóteses que foram apre-

sentadas no artigo mostram essa circularidade e a falta de embasamento. Toda a discussão de Renfrew é semelhante, com muito mais exemplos, combatendo a simplificadora adoção apriorística de pressupostos sem uma base de dados. Desta maneira, considerando que a cultura material tupinambá não surgiu isoladamente, mas dentro de um contexto sociocultural definido (médio-baixo Amazonas), a sua “passagem” pelo Paraguai, principalmente por não haver vestígios naquela região, torna-se insustentável.

A antigüidade da origem e expansão dos Tupi, diante da perspectiva que apresentei, é uma outra questão multifacetada que foi colocada por Viveiros de Castro. Mais uma vez, começo respondendo que ela está totalmente aberta a novas investigações. Vejo esta questão como um dos problemas mais fascinantes a ser resolvidos e reitero o pedido de que outros colegas lingüistas, antropólogos e arqueólogos contribuam para essa discussão.

Diante do estado em que se encontram as pesquisas, não há subsídios para a tese de que as semelhanças, tal como defendem Viveiros de Castro e Urban, sejam resultado de uma separação recente dos Tupi. Mais uma vez, evidentemente, toda sua argumentação é lógica e correta e, parcialmente, a partir de modelos que desconsiderem os contextos geográficos, concordo que as datações radiocarbônicas, não resolvem todo o problema. Viveiros de Castro faz a mesma pergunta que constantemente me assalta: “Em que se deve acreditar, em lugar do que se acreditava?” Respondo novamente que devemos repensar as problemáticas que nos orientam, a partir de todas as evidências e não apenas da tradicional especulação em torno da origem e expansão dos Tupi.

Voltamos a questão dos problemas de pesquisa. Em 1838, Martius já advogava a pouca antigüidade da separação dos Tupi como justificadora de suas semelhanças. Este é um ponto que deve ser profundamente questionado e repensado, à luz das informações de que Martius não dispunha, devendo-se abandonar o já tradicional ato

mecânico de reproduzi-lo. Porque a semelhança, desde o ponto de vista de Martius, só é possível pela hipótese da pouca antigüidade da separação? Porque a semelhança (e sua antigüidade) não pode ser devida a fatores intrínsecos e exclusivos da cultura tupi? O que, por exemplo, pode explicar a completa falta de alteração nas formas básicas dos objetos arqueológicos tupi ao longo dos últimos 2000 anos? As comparações da lingüística histórica associadas as datações radiocarbônicas não seriam suficientes para mostrar a antigüidade?

A especulação lógica, descontextualizada em relação ao conjunto de evidências colhidas ao longo dos últimos 100 anos, nem sempre responderá as perguntas em suspensão. Também devemos considerar que a pesquisa antropológica sobre mudanças culturais ainda não contemplou adequadamente um problema como este, deixando normalmente uma automática e negativa resposta relativa à possibilidade da longa duração de certas características culturais. Isto é mais um desafio a ser enfrentado, existindo uma série de exemplos mundiais para nos indicar caminhos, iluminar dúvidas, propiciar *insights* e, principalmente, nos mostrar erros que não devem ser repetidos. Aliás, o erro deve ser considerado uma importante variável de pesquisa e não uma possibilidade a ser ignorada.

A glotocronologia no caso tupi ainda não foi descartada pelos lingüistas, e as datas sugeridas na década de 50 por Aryon Rodrigues seguem sendo reproduzidas em sínteses recentes. Ao mesmo tempo que suspeita dos procedimentos glotocronológicos, Renfrew considera na conclusão do capítulo 5 de seu livro que, apesar dos problemas de sua concepção original, o método apresenta um avanço substancial para a lingüística histórica, necessitando de “uma ligeira modificação para converter-se em um instrumento de investigação altamente valioso”. Estamos nas mãos dos lingüistas para resolver esta questão... Infelizmente o conjunto das pesquisas tem sido prejudicado pelo pequeno número de lingüistas e pela descontinuidade dos trabalhos,

principalmente daqueles que dêem conta de abordagens mais globais no âmbito de cada língua, bem como de aspectos comparativos.

Quanto ao emprego de informações históricas, especialmente as de cronistas quinhentistas, reitero tudo o que coloquei no artigo, em contraposição às colocações de Viveiros de Castro. Repito que é mais importante considerar a estrutura geral e mais antiga do processo de expansão dos Tupi, enquanto os cronistas estão tratando de movimentações específicas de grupos tupinambá dentro do território tupinambá. A não inclusão das informações dos cronistas não foi descaso ou falta de circunspeção. Deveu-se ao fato de elas não possuírem profundidade temporal similar ao que pode ser obtido a partir das metodologias de pesquisa regional em arqueologia. Como já havia dito no artigo, a investigação arqueológica poderá perceber e detalhar essas movimentações referidas pelos cronistas.

A questão dos cacicados em relação à antigüidade da ocupação do litoral deveria ser enfocada de outro modo, com outros problemas de pesquisa. Por que teriam que ter desenvolvido uma estrutura de cacicado como os da várzea amazônica? E, ao mesmo tempo, a questão “da fluidez sociopolítica dos Tupi do litoral”, no meu ponto de vista, ainda não foi profundamente discutida, especialmente diante de pressupostos que não levem em conta, necessariamente, o modelo amazônico. Porque os Tupinambá, assim como os Guarani, não poderiam ter desenvolvido um outro tipo de cacicado, com uma estrutura sociopolítica muito pouco visível em comparação com os da várzea amazônica? A fixação no modelo amazônico, no meu entender, tem desviado as pesquisas da possibilidade de verificar a existência de outros modelos de cacicado, especialmente em regiões fora da Amazônia.

Concluindo as respostas a Viveiros de Castro, tratarei sucintamente da relação entre os Marajoara e os Tupinambá. É possível que os Marajoara tenham derivado dos Tupinambá – apesar de Urban advogar a impossibilidade desta derivação. Isto é mais uma hipótese a ser testada.

As primeiras comparações foram realizadas por Brochado (1980, 1984), especificamente entre diversos aspectos relativos às cerâmicas. Estamos procurando ampliar os elementos de comparação para verificar todas as relações possíveis de ser estabelecidas.

Resposta a Greg Urban

Urban, para discutir meu artigo, além de questionar e formular diversos e relevantes problemas a respeito de algumas das diversas questões que tratei, procurou centrar sua análise na tentativa de iniciar a resolução de uma temática ainda totalmente aberta à pesquisa – a relação entre os Tupinambá e os Kokama. A definição desta relação será importante para a manutenção e o detalhamento da hipótese da “pinça de Brochado”, especialmente para a origem baixo-amazônica dos Tupinambá e sua dispersão norte-sul pelo litoral Atlântico.

Ao mesmo tempo, “mordendo a minha isca”, Urban dirigiu sua discussão para a tese de José Brochado – à qual chamei atenção no artigo –, restando muito pouco para responder aqui. É neste campo de debate – Urban *versus* Brochado – que os leitores devem procurar maiores explicações, pois não há espaço aqui para reproduzir a discussão. Entretanto, devido às questões de Urban, algumas considerações se fazem necessárias para esclarecer meus pontos de vista. Adianto, porém, que a maioria das minhas respostas já foi escrita acima e volto a repetir que o meu artigo procura fazer uma espécie de balanço geral do estado da pesquisa.

Urban não concorda com a generalização que propus em relação ao local do centro de origem. Ela só é justificável diante do conjunto de dados existentes e não está em total desacordo com a hipótese de Aryon Rodrigues e com a do próprio Urban. O problema maior, tanto para a minha sugestão quanto para a de qualquer pesquisador, é a falta de informações específicas. Não tenho a intenção de propor “mais

uma” hipótese para o local do centro de origem, mas apenas procurei fazer uma área de circunscrição que se justifica a partir de um conjunto de informações indiretas e de hipóteses mais consistentes, como a da lingüística histórica, de que o centro de origem está próximo do território que contém o maior número de famílias de um mesmo tronco lingüístico. Creio que a questão seguirá em aberto, enquanto não forem realizadas pesquisas arqueológicas regionais para resolver este problema, pois é importante que se tente precisar geograficamente as informações lingüísticas.

A questão da “baixa velocidade” das expansões, veementemente discutida por Urban, é, na verdade, uma contraposição estratégica à idéia corrente, formulada por Martius, e ainda não discutida, de que as expansões ocorreram rapidamente. “Lenta em relação a quê?”, pergunta Urban. Rápida, explosiva, em relação a quê?, eu pergunto. É mais uma pergunta sem uma resposta adequada no presente. Porém, novamente afirmo que a solução estará na complexa interação de dados obtidos e analisados conjuntamente por arqueólogos, etnólogos e lingüistas. Ao mesmo tempo, entendo que estas questões têm estreita relação com a manutenção das semelhanças reconhecidas entre os Tupi. É necessário que se formulem problemas relacionando a dinâmica da expansão com a cultura e sua manutenção (por exemplo, transmissão de conhecimentos, organização sociopolítica, cultura material). Qual a relação das semelhanças com os sistemas de transmissão de conhecimentos e de reprodução cultural? Como é que isto funciona em sociedades que migram e que se fragmentam/separam sem um planejamento? Por que sociedades que ocuparam imensos territórios por longos períodos conseguiram reproduzir sua língua e sua cultura material sem alterações notórias? Por outro lado, quais os eventos que redundaram nas diferenças? Como escapar do difusionismo simplista? Como reconhecer a complexidade das separações entre os Tupi fora de um modelo unilinear?

A questão da antigüidade também é discutida por Urban, que, de modo similar a Viveiros de Castro, considera as expansões como fenômenos recentes. Repito o que já disse acima: por que as semelhanças só podem resultar de separações recentes e não de antigas? Por que as semelhanças não podem ter se mantido ao longo de mais tempo do que se “imagina”? Por que não mencionou as datas mais antigas que citei? Voltamos à falta de informações e à desconfortável espera do porvir.

É mencionado o fato de que o problema da relação entre o Kokama e o Tupinambá não foi solucionado no meu trabalho. Isto não era o meu objetivo, claramente estabelecido no começo do artigo. Felizmente Urban ficou interessado e foi pesquisar essas relações, iniciando um importante estudo comparativo, que explicita a ligação entre o Kokama e o Tupinambá. A possibilidade de ser uma língua aruák que adotou a língua tupinambá ou a Língua Geral abre um novo campo de pesquisa e discussões. O mesmo pode ser dito em relação à interpretação dos resultados arqueológicos. Porém, ainda continuamos sem uma resposta definitiva que elimine conclusivamente as hipóteses de Brochado e as minhas considerações. Como diz o próprio Urban: “*At the same time, I am not prepared to accept his principal substantive claims, although neither can I at time definitively reject them*”.

Os resultados arqueológicos e lingüísticos publicados após 1984 devem ser considerados separadamente, justamente por ser desconhecidos na época em que Brochado defendeu sua tese na Universidade de Illinois. Infelizmente Brochado não prosseguiu e reviu seu trabalho à luz dessas novas informações. Evidentemente, parte desses resultados contribui positivamente para definir certos pontos específicos, como a relação entre as cerâmicas do alto Amazonas e as da bacia do Paraná, sem afetar, nestes tempos, as hipóteses mais gerais. Fica para Brochado o ônus da resposta a Urban.

Para finalizar, gostaria de salientar a importância de um aspecto intrínseco ao tema que apresentei, mas que não

foi analisado naquela ocasião devido ao espaço disponível. Estou me referindo aos contextos sociológicos, históricos e políticos-acadêmicos em que se desenvolveram as pesquisas que resultaram nas hipóteses sobre o centro de origem e rotas de expansão dos Tupi.

Nem Martius nem os demais formularam suas hipóteses no vácuo ou apenas devido ao brilho de suas mentes. Há uma série de contextos que deverão ser analisados em uma “história” das pesquisas sobre os povos indígenas em questão. É nestes diferentes contextos nacionais e internacionais, onde fervilhavam muitas idéias e debates aguerridos, que essas hipóteses foram sendo formuladas. Foi ali que se formaram os grupos de cientistas que foram hegemônicos e que ditaram as normas a cada geração. Foi ali que prosperou e desapareceu uma série de perguntas e respostas. Ao mesmo tempo, dependendo das circunstâncias, muitas pesquisas foram ignoradas em prol de certos modelos e personagens, como vêm mostrando Roosevelt e Funari.

A consideração destes contextos poderá contribuir para o entendimento da manutenção, refutação e isolamento de certas hipóteses e modelos de pesquisa. Poderá responder a Eduardo Viveiros de Castro e a Greg Urban por que a tese de Brochado ainda não foi devidamente debatida, adotada ou refutada.

Bibliografia

BALÉE, W.

1984 “The ecology of ancient tupi warfare”, in FERGUSON, R.B. (Ed.) *Warfare, culture and environment*, New York, Academic Press, pp.241-265.

BROCHADO, J.P.

1980 *Social ecology of the Marajoara culture*, Urbana-Champaign, University of Illinois, 1980, (M.A dissertation).